



ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

I — FÔRÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS

Cel AYRTON DE FREITAS

... assegurar e controlar a cessação das hostilidades e a retirada das forças armadas do território egípcio () além de manter condições pacíficas na região.*

Eis o duplo mandato confiado, em novembro de 1956, à Fôrça de Emergência das Nações Unidas, a primeira "tropa de paz" criada, organizada e mantida pelo ONU, a fim de ajudar a preservar a paz numa região especialmente sensível do mundo.

Desde aquela data, a FENU — como se tornou conhecida — com um efetivo de cinco a seis mil homens, tem cumprido com êxito a singular missão que lhe coube, de garantir a tranqüilidade numa zona do Oriente Médio conturbada por agitações constantes.

Sob o comando supremo do Tenente-General E. L. M. Burns, do Canadá, a FENU é uma tropa militar experimentada, integrada por contingentes pertencentes a sete nações e prestando serviço ao longo de uma fronteira que se estende por mais de 240 quilômetros, separando, primeiro, Israel da Faixa de Gaza e, mais adiante, já na agreste região da Península do Sinai, Israel do território egípcio da República Árabe Unida. A FENU mantém ainda um posto avançado em Sharm el Sheikh, à entrada do Gôlfo de Ácaba.

Equipada apenas de armamentos leves e com a autoridade moral que lhe foi atribuída pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em

(*) Antes da união do Egito e da Síria para constituírem a República Árabe Unida.

nome de seus 82 Estados membros, a FENU se tem mostrado, segundo palavras do Secretário-Geral Dag Hammarskjöld, "credora de aceitação como um esforço pioneiro expressivo na evolução dos métodos de promoção da paz".

A experiência tem demonstrado que um corpo militar como a FENU "pode ser um fator decisivo na prevenção de hostilidades e na restauração da tranquilidade numa zona conturbada".

Presentemente, a força militar da FENU compreende um efetivo de cerca de 5.400 homens, pertencentes a sete países: o Brasil ("Batalhão Suez"), o Canadá, a Dinamarca, a Índia, a Noruega, a Suécia e a Iugoslávia. Inicialmente, integravam-na igualmente contingentes da Colômbia, da Finlândia e da Indonésia.

Os contingentes nacionais que prestam serviço na FENU foram escolhidos dentre os espontaneamente postos à disposição pelos Estados membros. De saída, foram excluídas tropas dos membros permanentes do Conselho de Segurança — a China, os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha e a URSS — e de qualquer outro país com possíveis interesses no conflito que suscitou a constituição da Força.

Os integrantes da FENU usam os seus uniformes nacionais, mas se identificam pelos distintivos da FENU que portam e pelas boinas, quepis, turbantes e capacetes de cor azul-claro.

De modo geral, todos os componentes dos contingentes nacionais servem juntos numa unidade e são substituídos, em rodízio, após cada seis ou doze meses de serviço.

A fim de manter a paz e evitar incursões ao longo da extensa e deserta fronteira que separa os dois países e em Gaza, a FENU exerce uma vigilância ininterrupta mediante patrulhas a pé, em jipe ou carros de reconhecimento e, ainda, pelo ar.

Em Gaza, uma trincheira de quase um metro de largura por um de profundidade — cavada à época do armistício, em 1948 — serve como linha de demarcação entre Israel e a Faixa de Gaza, esta administrada pela República Árabe Unida. Ali servem unidades brasileiras, dinamarquesas, indianas, norueguesas e suecas, em guarda à fronteira, numa série de postos de observação.

O controle da fronteira internacional ao sul, desde Gaza até o Golfo de Ácaba, está a cargo de unidades de reconhecimento, munidas de equipamento leve, do Canadá e da Iugoslávia.

Um pelotão reforçado, de cerca de cinquenta homens, dá serviço em Sharm el Sheikh, onde há um posto de observação, localizado numa zona praticamente desabitada, a 400 quilômetros ao sul de Gaza, o qual permite controlar perfeitamente o estreito canal que leva ao Golfo de Ácaba.

POUCOS INCIDENTES

O Comandante da FENU comparou a operação da Força à do policial em serviço: "O mero fato de sua presença evita a desordem."

Isto se tem confirmado, pois, desde a entrada em ação da FENU, poucos incidentes de violação de fronteira ou escaramuças têm sido registrados.

Cabe às patrulhas e sentinelas da FENU coibir que quem quer que seja cruze ilegalmente a linha de demarcação ou fronteira, comunicando imediatamente ao comando qualquer ocorrência capaz de ocasionar uma perturbação da paz. Embora lhes seja vedado fazer uso de suas armas em primeiro lugar, os soldados da FENU têm autorização de utilizá-las para defender-se — e o fazem, quando preciso. Sua autoridade é muito respeitada.

Na hipótese de uma violação de fronteira, essa é prontamente levada ao conhecimento do comando; imediatamente seguem observadores militares das Nações Unidas para o local, a fim de realizar investigações. As conclusões dessas investigações são, em seguida, comunicadas às autoridades competentes da República Árabe Unida ou de Israel e, em casos importantes ou urgentes, são igualmente transmitidas à sede das Nações Unidas, em Nova York. Elementos suspeitos que se infiltram e são interceptados na vizinhança da fronteira são entregues às autoridades policiais locais.

As operações da FENU se limitam ao território que está sob a jurisdição da República Árabe Unida (Israel não permitiu a localização de tropas da FENU em território israelense.) O contato com as autoridades da República Árabe Unida é mantido através de um pessoal de ligação egípcio, em Gaza, e de funcionários de ligação da FENU, estacionados no Cairo. A FENU também conta com elementos de ligação em Tel-Aviv, em Beirute e no posto central de abastecimento da FENU, localizado em Pisa, na Itália.

Cerca de metade do efetivo da FENU — ou sejam aproximadamente 2.700 homens, inclusive oficiais e suboficiais — prestam serviço ativo; os demais cuidam dos serviços auxiliares e do planejamento.

Durante o dia, a linha de demarcação fica sob a vigilância direta dos postos de observação da FENU, localizados junto à trincheira, do lado de Gaza. Os postos são geralmente guarnecidos por dois homens, que se rendem, no máximo, de seis em seis horas. Da maioria dos postos se avista o posto seguinte e todos eles se comunicam entre si por telefones de campanha.

Quase todos os postos de observação não são mais que simples buracos redondos cavados na areia, guarnecidos lateralmente por sacos de areia e cobertos, à guisa de teto, por uma chapa de ferro corrugado ou simples lona, que serve de proteção contra o sol e as chuvas. Durante a noite, quando se torna impossível vigiar dos postos fixos a linha de demarcação em toda a extensão, pequenas turmas de cerca de cinco homens cada patrulham incessantemente a fronteira, quer em jipe ou a pé, caminhando muitas vezes com dificuldade na areia solta.

Patrulhas em carros de reconhecimento ou jipes percorrem a zona não habitada da fronteira internacional ao sul, entre Gaza e o

Golfo de Acaba. A ronda é feita durante o dia; vários postos de observação e pelotões estão localizados em elevações estratégicas ou em importantes entroncamentos de estradas.

O patrulhamento aéreo está a cargo de uma unidade de transporte canadense, que conta com aviões Otter, operando de uma base aérea em El Arish, na parte setentrional da Península do Sinai. Além disso, a Força Aérea Canadense pôs à disposição da FENU três aviões Dakota, utilizados no transporte de tropas e víveres entre os vários postos da zona.

O grosso dos fornecimentos que se destinam à FENU chega por mar, via Port Said. O que tem mais urgência vem via aérea da Europa ou de ultramar, desembarcando em El Arish, trazido por aviões da Força Aérea Canadense, procedentes das bases do Canadá e da Europa. A Dinamarca, a Noruega e a Suécia se revezam no envio de um avião que vem da Escandinávia e leva carga, correspondência e tropas para o posto central de abastecimento da FENU em Pisa, de onde são posteriormente recambiados para a FENU.

HIERARQUIA DE COMANDO

Hierarquicamente, o comando da FENU cabe ao Comandante-Chefe, General E. L. M. Burns, nomeado para o cargo pela Assembleia-Geral da ONU, por ocasião da instituição da Força; a ele estão diretamente subordinados os oficiais comandantes de cada um dos contingentes nacionais. A Força atende exclusivamente às ordens e instruções do Comandante-Chefe e, através do mesmo, às determinações emanadas do Secretário-Geral das Nações Unidas, a quem cabe a responsabilidade de a FENU exercer a sua missão em consonância com os métodos e princípios administrativos que norteiam as Nações Unidas.

A atuação militar e a administração da FENU são determinadas na sede da Força, localizada na cidade de Gaza, na parte norte da Faixa, a pouca distância apenas do Mediterrâneo. Trabalham aí: um Chefe do Pessoal; um corpo de funcionários, distribuídos pelas Seções do Pessoal, de Operações e de Logística; e um quadro especial de funcionários para tratar dos assuntos jurídicos, de intendência, de polícia militar, de engenharia, de sinalização, de avião e de serviços médicos.

O oficial administrativo-chefe e os funcionários ao mesmo subordinados fazem parte, em sua quase totalidade, dos quadros de pessoal civil do Secretariado das Nações Unidas e contam com a cooperação de outros tantos funcionários civis contratados localmente.

As comunicações entre a FENU e a sede das Nações Unidas, em Nova York — por sinal, bastante volumosas — estão a cargo do pessoal de comunicações do Corpo de Guardas das Nações Unidas. A rede de comunicações da FENU funciona em perfeita coordenação com o sistema estabelecido de comunicações da ONU.

Assistência médica e hospitalar é prestada num hospital-base em Rafa onde serve uma equipe médica norueguesa. Na sede da FENU, em Gaza, há uma policlínica; e, quando se torna necessário, pessoal médico é destacado para prestar serviço junto aos contingentes nacionais e nos postos avançados.

FINANCIAMENTO DA FENU

Os gastos com a manutenção da FENU em operação montam a cerca de dez milhões de dólares norte-americanos por ano, ao câmbio corrente. Por determinação da Assembléia-Geral, essas despesas são distribuídas por todos os Estados membros numa proporção equivalente à participação dos mesmos no orçamento ordinário da Organização internacional.

A questão do futuro financiamento da Fôrça foi objeto de estudo especial apresentado à 14^a Assembléia-Geral Ordinária da ONU por parte do Secretário-Geral.

RECREAÇÃO E MORAL

O serviço de guarda no deserto inclemente — distante do lar e da família — é, ao mesmo tempo, árduo e monótono. Por isto, faz-se o possível para quebrar a monotonia e aproximar entre si os soldados dos vários países, a fim de que compartilhem a experiência comum por que passam e se conheçam melhor uns aos outros.

Os licenciamentos são aguardados ansiosamente, vencendo os integrantes da Fôrça três dias de folga por mês de serviço. Ao cabo de cada três meses completos de serviço, são-lhes concedidos sete dias de férias suplementares por conta das Nações Unidas. Durante o inverno, funcionam, no Cairo, centros de férias e recreação e de maio a outubro, as montanhas do Líbano, nas proximidades de Beirute, proporcionam uma agradável mudança de paisagem, clima e altitude aos membros da tropa.

Tanto no Cairo quanto em Beirute, a FENU arrendou dois ou mais hotéis, com capacidade para receber cerca de trezentos soldados de cada vez. Alí, além de alojamento e refeições completas, se organizam amplas excursões turísticas, eventos esportivos, bailes e outras distrações.

Um elo comum entre todos os membros da FENU constitui, além disso, o jornalzinho semanal que se edita na sede da FENU — chamado "THE SAND DUNE" ("A DUNA DE AREIA") — e que mantém os componentes da Fôrça a par das atividades e de tudo o que ocorre tanto na própria unidade quanto nas demais.

Com a FENU há mais de três anos em operação, os incidentes ao longo da linha de demarcação do armistício e na fronteira internacional têm sido reduzidos em número, o que o General Burns explica, dizendo que "geralmente nada ocorre porque a sentinela está presente".

II — QUARTEL, ESCOLA DE CIVISMO

M. PAULO FILHO

O ilustre escritor e jornalista M. Paulo Filho, Diretor do "Correio da Manhã", proferiu sugestiva conferência sobre o tema: "Quartel, escola de civismo". Página ao mesmo tempo erudita e de exaltação patriótica, nela o conferencista estuda a ação do Exército na obra da unidade brasileira através dos séculos e define o papel da caserna como verdadeira escola em que se cultiva a noção mais alta da brasilidade do nacionalismo. Damos a seguir, essa magnífica conferência.

"Não é para falar a linguagem do passado que vos tomo a atenção. Essa linguagem é rica de coloridos e opulenta de episódios. Uns, tristes e melancólicos. Outros, alegres e entusiastas. A história militar do Brasil é a história dos heroísmos e dos sacrifícios do nosso soldado caboclo, valente, cheio de resignações, mas decidido nos momentos de perigo. Curtido de sol e descendente de três raças, a sua índole e a sua educação se caldeiam à mercê do destino porque tudo nêle é aventura e inquietação. Nós não o conhecemos na fase colonial. Em todos os tempos, o Estado começa a existir com a força e a força, bem entendido, é o Exército regular. Este é que precede àquele. As nações politicamente organizadas têm nos seus homens armados o instrumento, por excelência, a expressão mais vigorosa do seu direito de majestade. Se não éramos estado porque não tínhamos nem independência, nem autonomia, nem soberania, é claro que não tínhamos força.

Subsidiários da Metrópole Portuguesa, até 1822, de que dispunhamos era de milícias, umas em ordens, outras em anarquia, mas em todo o caso milícias que representavam a autoridade do colonizador. Essa autoridade, não raro, tateando a enormidade das nossas florestas e o desencanto das nossas vilas e cidades, estava quase sempre picada pelo aguilhão da cobiça desenfreada. Era a opressão, a humilhação. Constantemente surgia aqui e acolá para as correrias da rapina.

Os batalhões de Lisboa desembarcavam na Fazenda de El Rey Nosso Senhor muito mais para garantir-lhe a propriedade absoluta, do que para assegurar aos filhos da terra o respeito, a ordem e a disciplina social. Não amam a terra para onde são destacados. Conhecem-na como forçados no cumprimento de um dever que, no íntimo, os irrita e desola. São mal humorados, são provocadores, instintivamente incompatibilizados com os

que os rodeiam, porque êstes, aos seus olhos estúpidos, não são mais do que sêres inferiores e grotescos.

De resto, êsses batalhões já não deixam o Tejo em condições favoráveis. São guarnições para as colônias. Quero dizer: são soldados de classe baixa que o Rei despacha para longe, porque não têm mérito. O historiador Luiz Edmundo, no seu livro "O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis", citando depoimentos de Carrère — "Voyage a Portugal" — dá uma idéia do que era a tropa lusa dêsse período angustioso e sombrio: "O sôldo dêles (os soldados) é módico e não chega. Assim apresentam quase a marca da indigência e da miséria. Muitos dêles são forçados a solicitar a caridade pública aos que passam. É comum verem-se em Lisboa homens ao serviço do príncipe, vestindo uniforme, pedir esmolas, estendendo a mão que recebe a pequenina moeda. Até oficiais são muitas vêzes obrigados a descer a essa humilhação. Parando na rua os transeuntes, êles falam-lhes baixo, expõem, secretamente, suas necessidades. Vão mesmo às casas. Mandam suas mulheres, seus filhos. Eu mesmo recebi pedidos idênticos".

E, em seguida, apoiado em Olivier de la Brairie — "Lisbonne et les Portugais" — "A maioria dêsses infelizes soldados não tem calçados, mostrando no corpo trapos que lembram uniformes usados outrora".

Depois, com o testemunho do Barão de Lahotan — "Voyage en Portugal et Dannemark" — "E no comêço do século XVIII as coisas ainda eram piores quanto à disciplina e ao decôro da tropa, que não tinha uniforme certo. Uns vestidos de cinzento, outros de vermelho, outros de negro, outros de azul-marinho ou verde". ("Voyage du Baron de Lahotan en Portugal et Dannemark", pág. 134). José Pecchio, citando Sepulveda, diz que a profissão militar "era das mais aviltadas em Portugal e que os grandes da Côrte timbravam em dar patentes de tenentes e capitães a seus criados". "Lettres sur le Portugal".

Não é menos valiosa a informação de Stephans, quando assinala o aparecimento do Conde de Lippe nesse caos incrível, com o seu Regulamento e a sua mão de ferro:

"É principalmente ao Conde de Lippe que se deve attribuir a reforma do estado militar em Portugal. Esse general, estando um dia a jantar na casa do general das tropas portuguezas, viu um copeiro da casa em uniforme de oficial e que servia à mesa. Sabendo que o mesmo era um oficial de couraceiros do general (regimento de Alcântara), levantou-se da mesa e fê-lo sentar-se entre êle e o general português, cujo orgulho havia de ter sofrido bastante".

Não podia, em verdade, ser grande coisa o soldado português da colônia dos séculos XVII e XVIII. Mal alimentado, mal instruído, mal fardado, paira sobre êle o espectro da indigência e da miséria. O seu armamento é o mais rudimentar e precário possível. O exemplo dessa tropa bastava para inspirar ao indígena a repulsa pelo quartel, onde a disciplina era a violência e o dever, um cativoiro. Certamente, há tipos de raça que comovem e deslumbram. São fenômenos da Colônia como

Mathias de Albuquerque, que honraria qualquer exército da Europa do seu tempo e que vai, general brasileiro glorioso das campanhas contra os invasores holandeses, ganhar a batalha de Montijo para livrar Portugal da Espanha poderosa e dominadora.

A linguagem do passado não se articula aqui, senão depois de 1822. Não há Exército Brasileiro. Ele virá com a Independência para criar o Estado. Coexistirá com sua soberania, sentinela avançada da sua integridade. Nós sabemos o que nos custou essa Independência. Primeiro um empréstimo, em ouro, nas caixas dos argentários de Londres. Era a indenização do Filho ao Pai, através das retortas financeiras da City, credora da ex-Metrópole, o produto do empréstimo teria de ficar mesmo com os prestamistas, porque a sagacidade de Canning, feito melhor, era incomparável. Depois as guerrilhas de emboscadas, as crueldades até o reconhecimento definitivo do maior Império americano. D. Pedro I, que ainda sonhava com as trombetas napoleônicas para sempre emudecidas, imaginando, na sua mocidade estouvada, ressuscitar o Corso indomável que os ingleses haviam afinal amarrado e atirado por cima dos rochedos da Ilha de Santa Helena, serve admiravelmente ao jôgo político de Canning. O reconhecimento do Império foi uma grande partida diplomática jogada entre Londres e Viena. O extraordinário chanceler de Jorge IV defronta o não menos extraordinário chanceler que era Metternich. Ou a Inglaterra, ou a Santa Aliança. Ou os interesses econômicos e financeiros de John Bull, empobrecido e esgotado após as suas guerras de extermínio contra o bonapartismo, e que precisava de novos mercados na América do Sul para contrabalançar a Europa arrasada, ou a recolonização necessária às Coroas da Áustria, da Espanha e de Portugal. Canning ganhou a partida. O lance épico dessa política de egoísmos ferozes abre ao Brasil, separado de Portugal, o ensejo de formar o seu exército que já se batera pela própria emancipação em alguns pontos do território indígena. E o epílogo das negociações assinala — coincidência abençoada — a estréia daquele que haveria de ser o símbolo venerado da sua classe, o mais representativo dos nossos guerreiros, o bravo sem par, cuja espada gloriosa não só funda a nacionalidade como lhe dá a ordem e a defesa, tanto interna como externamente.

guinte :

CAXIAS E A SUA GLÓRIA

Luiz Alves de Lima e Silva não é mais do que uma criança e já é praça. Os serviços do pai e do avô dão-lhe dessas regalias. Aos 15 anos, é alferes. Aos 18, é tenente. Estamos em 1821. Ajudante do Imperador, encontra-se em 1822 na Bahia, repelindo as hostes do Brigadeiro Madeira. Em 1825, capitão e condecorado, bate-se em Montevidéu para nos garantir a Cisplatina que Canning nos subtraía hábil e subtilmente. Major em 1823, comanda um batalhão no Rio de Janeiro. Disciplinado e correto, mas patriota acima de tudo, prevê os acontecimentos da Abdicação.

Não conspira, nem deserta. Está vigilante. Quando a anarquia sacode a cidade, é elle que restabelece a tranquillidade e até faz o policiamento urbano. Organiza e comanda os municipais permanentes. Contém a abrilhada. Coronel em 1839, desembarca no Maranhão para novamente manter a ordem. O administrador completa o militar. É um prodigio de sabedoria e de bom senso, de disciplina e de civismo. Em 1841, marcha sobre Sorocaba, pacificando os paulistas.

Querem ver como esse incomparável soldado da Ordem e da Lei, molecularmente disciplinado, faz alto face a face das tropas de Feijó e de Raphael Tobias, ambos na direção do movimento enérgico de São Paulo contra o Governo do Império? Está aqui o testemunho do escritor Oswaldo Orico, educador e antigo diretor de Instrução Pública no Distrito Federal:

“Com a dispersão e fuga dos rebeldes, — declara o Sr. Orico no seu livro “Feijó” — Feijó permanecia isolado em Sorocaba, à espera da chegada de Caxias. Estava magro, envelhecido. Os sofrimentos físicos e os abalos morais que o assacaram tinham cavado rugas enormes em seu rosto. Ao deparar com elle paralítico, sentado em uma cadeira de braços, Lima e Silva ficou perplexo. Quase o não reconhecia. Apenas o olhar guardava a intensidade dos relâmpagos.

Silêncio respeitoso medeou entre ambos, Feijó foi o primeiro a quebrá-lo.

— “Quem diria, Senhor Barão, que em qualquer tempo fôsse obrigado a combater-me!”.

— “É verdade! Quando pensaria eu que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diogo Feijó?”.

— “Tais são as coisas deste mundo. Em verdade, o vilipêndio feito aos paulistas e as leis anticonstitucionais da assembléa me obrigam a parecer sedicioso. Estaria em campo se não estivesse moribundo; mas faço o que posso. Que ordens trás, Senhor Barão?”.

Caxias não hesitou:

— “As mesmas que recebi do Ministro da Justiça de 31: levar tudo a ferro e fogo”.

— “Com que então?” — indagou Feijó.

— “V. Ex.^a está prêso. Só o dever militar me obriga a praticar este ato”.

No espirito do ex-regente fuzillou um raio daquele sentimento de disciplina que tanto recomendou as diretrizes de seu governo. Elle baixou a cabeça:

— “Pois estou às suas ordens”.

Só o dever militar o obrigava a prender um homem a quem elle admirava e estimava porque bem o merecia e de quem já havia recebido

ordens para fazer cumprir a lei custasse o que custasse, e que agora, fora da lei, encarnava o tumulto, a sedição, a anarquia. Aos olhos de Caxias, Feijó deixara de ser o grande estadista do decênio angustioso da Menoridade, que enfrentava a disciplina armada para dominá-la com os bolsos da batina cheios de decretos e regulamentos.

Em 1842, está em Minas, ainda a serviço da lei e da ordem, do Exército e da unidade da Pátria. Segue, às carreiras para o Rio Grande do Sul. Em Ponche Verde, destroça e debanda os leões farrouplhas. Triunfo, Camaquã, Piratini e Canguçu entregam-se sucessivamente. Porongos é a alvorada da Paz no Brasil. Caxias corrige os erros odiosos da política imperial, inspirando confiança aos grandes heróis da revolução dos Farrapos.

Não pára esse militar e chefe predestinado. Pacificado o Brasil e fortalecida sua unidade — obra dessa nobre, invencível e generosa espada — há que fazer além das fronteiras. O caudilhismo terrível dá o toque de alarma do outro lado do Prata. Caxias acode e avança sobre Montevidéu. A incorporação da Banda Oriental à ditadura de Rosas se iniciaria por uma agressão ao Brasil. Caxias enfrenta Oribe e derrota-o. Não basta. É necessário ir além. Caxias avança e vai, aliado nos argentinos pelo mesmo ideal de liberdade, vencer e escorraçar o tirano que foge de Buenos Aires. Condenado a não descansar, dir-se-ia que a imagem de Carlos XII da Suécia o acompanhava. Outro ditador, Lopez, no Paraguai, ameaça e invade o Brasil. Em 1866, Caxias está com o comando supremo de nossas forças, atravessando as charnecas paraguaitas. De vitória em vitória, é ele, com o seu civismo, com a sua espada, com o seu talento de guerreiro, com a sua coragem que não mede sacrifícios, quem escolta o primeiro Rio Branco, amparando-lhe a ação diplomática e preparando o caminho por onde o estadista passará até a Assunção onde, escorraçado e caçado nas montanhas o tirano, cria a Junta Governativa que reintegrará a nação libertada no seu governo do povo pelo povo. Caxias não conhece outro sentido, senão a ordem. Não tem receios, senão os de errar. Não conhece ambições, senão as de ser útil à Pátria. Desempedida a estrada de Assunção, removidos por ele, todos os obstáculos ao Visconde do Rio Branco, cuja correspondência íntima com o Barão de Cotegipe, publicada recentemente pelo Sr. Wanderley de Araújo Pinho, revela a admiração, o culto que o estadista tinha pelo soldado, Caxias volta ao Rio. Está velho, doente, fatigado. Vencedor, mas alquebrado. A política quer seduzi-lo. Enleia-o. Mas só o corteja e adula para enche-lo de desgostos. Deputado, ministro, presidente de Conselho, senador, na convivência dos políticos experimentara amarguras que nunca travara quando enfrentava e destroçava os inimigos nos campos de batalha. A verminose sutil é muito mais antiga do que se pensa. Ele não era contra a política, como arte ou ciência de administrar os povos. O que o irritava era a politicagem. Os partidos haviam caducado. Como clarões de incêndios que se apagam, sumiram-se os princípios e programas. Caxias morre com a última esperança: a de que os quartéis no Brasil fôssem escolas de civismo. Esteja da ordem interna, guarda das instituições, vigilância e defesa contra a

invasão do inimigo exterior, a tropa era o próprio Estado na sua autoridade, na sua força e na sua soberania. Uma coexistiria com o outro. E esse glorioso soldado podia morrer com essa esperança, porque em sua vida ele não foi mais do que o símbolo da bravura, da honradez e do civismo.

Curioso, Senhores, é que esse grande soldado servia leal e dignamente a um Imperador que não pensava como ele. D. Pedro II era antimilitarista, antidinasta e anticlerical. Para um príncipe de sangue, o monarca reinante era o que se tinha de mais contraditório. Não seria sob o seu Império, honrado e benemérito debaixo de vários pontos de vista, que os quartéis se transformariam em escolas de civismo, dentro dos quais a disciplina e a obediência conscientes se forjariam. Daí, a compreensão que hoje, à distância dos acontecimentos extintos, se tem da questão religiosa. O Estado Católico arrastaria os dois mais notáveis bispos das onze dioceses brasileiras à cadeia. Daí, o inevitável da questão militar, que conduziu em seu bôjo a Abolição e a República. O Imperador, humanista e filósofo, envelhecia ceticamente, acreditando em tudo para acabar não fazendo fé em coisa alguma. A tropa não estava, a bem dizer, irreconciliável com ele. Incompatibilizara-se com os políticos. Vejam o depoimento de Rui Barbosa. Quarenta e oito horas antes da queda e proscricção do monarca, Rui proclamava pelas colunas do "Diário de Notícias": "O Exército foi pôsto fora da lei, como a lei foi posta fora da administração". A revolução era fatal. E com a vitória dela, a liquidação de um regime. Porque o Exército que não quis ser capitão-de-mato, não havia de ser ordenança do facciosismo político. Fizessem os estadistas da Coroa com que os quartéis fôsem verdadeiras escolas de civismo, respeitando-os para serem respeitados, e outros teriam sido os destinos do País.

GRANDE MUDO, MAS CONSCIENTE

"Grande mudo, reclamam que ele seja. De acôrdo. Mas um mudo consciente da sua mudez para melhor servir à Pátria. Essa mudez não se confunde com o automatismo, porque disciplina não é servilismo. Muitos dos erros da Monarquia, foram repetidos na República. Alguns até agravados. Quase matam o princípio da Federação, quando a politica que devia ver nas polícias estaduais organizações auxiliares do Exército, procurou atirá-las, nas correrias e desatinos, contra o criador das novas instituições. Irrompia uma crise partidária num Estado. O govêrno dêste se tornava adversário do da União. Nos Estados, a opposição entrava a apoiar o centro, que lhe dava todo o prestígio. Planejava-se uma intervenção. Como? Muito simples. Qualquer pretexto bastaria. Nos Estados há sempre repartições federais. Insinuava-se que estas não estavam suficientemente garantidas. E não estavam porque os respectivos chefes, exercendo cargos de confiança do Presidente da República, acumplicia-

vam-se com as manobras dos oposicionistas locais. Uma escaramuça, um atentado. Requisição de força federal. Não raro, um *habeas-corpus* sofismado e arrancado à justiça seccional complacente. E lá iam os contingentes do Exército garantir uma ordem que não era mais do que a ordem da politicagem, dos interesses de corrilhos, improvisado, dessa maneira, em fiel da balança das comadres desavindas. De um lado ou do outro, não se vai no Exército senão o instrumento da opressão. Como reclamar d'êle que fôsse mudo, se os exemplos da desordem vinham de cima?

ONTEM E HOJE

O recrutamento forçado era uma reminiscência do Império. Nos sertões brasileiros, falava-se d'êle como de um flagelo. Criou-se-lhe ambiente hostil. Os governos, em vez de desfazer as lendas, deram-lhe maiores proporções. De tamanho vulto eram as prevenções no interior do Brasil contra o serviço militar, o preparo militar, a educação militar, que a ignorância generalizada via nisso tarefa deprimente. Quando um pai desejava significar o desprezo pelo filho incorrigível, lançava-lhe a maldição:

— Qual! Não dá para nada! Só mesmo mandando-o para o quartel ou metendo-o a bordo da fragata!

O quartel era o Exército. A fragata era a Marinha. Pôr a farda às costas significava incapacidade para a vida social. Chumbava-se o indesejável.

O SORTEIO

Deve-se à lei do sorteio e ao voluntariado de manobras o começo do fim dos preconceitos injustos e odiosos. A voz eloqüente de um grande poeta, o mais harmonioso dos nossos parnasianos líricos — Olavo Bilac — associou-se à cruzada cívica. A lei chamava a mocidade aos quartéis. Os conscritos verificavam que as lendas eram até um apróbro. Sorteados e soldados de officio se confundiam e se nivelavam. A officialidade de comando mostrava o que era e é atualmente; uma classe instruída, culta, compenetrada não só dos seus deveres militares, como dos de cidadania. E os anos se foram passando. Uma geração sucedeu à outra. A vida civil não era tão infensa à vida militar porque como esta não se prejudicava, nem sequer se comprometia. Completavam-se. Ainda aí, a política de horizontes estreitos e ideais dissimulados tentou desacreditar a obra de civismo. Burlava-se a lei. Nas circunscrições municipais, o sorteio era para o humilde e desprotegido. O poderoso evadia-se ao cumprimento dela. Geraram-se as desigualdades, as injustiças e as iniquidades. Foi preciso uma enérgica reacção. Hoje, felizmente, multiplicados os esforços, os sorteados não têm constrangimento em marchar para o

quartel a fim de fazer o seu noviciado militar. Marcham porque é serviço público.

O NORTE E O SUL

Essa noção de que o quartel deve ser antes de tudo uma escola de civismo não implica na afirmação de que o Exército seja cego, surdo e mudo à evolução política do país. Ao contrário. Como força organizada para coexistir com o Estado, sem a qual este desaparecerá, a política, o interessa. Mas política de construção e não a de destruição; a política de saneamento e não a de corrupção; a política do patriotismo e não a de derrotismo. Se o Exército está de guarda às instituições vigentes e à segurança nacional, é óbvio que se lhe não deve impor o silêncio e a indiferença. Não me oponho, nem de leve, armar o problema em equação. Penso, entretanto, que é na educação cívica dos soldados que temos de concentrar as nossas esperanças. Não sei se foi acertado o dispositivo constitucional que estendeu aos sargentos do Exército e da Armada, das Forças Auxiliares nos Estados, bem como aos alunos das escolas militares de ensino superior e aos aspirantes a oficial, a prerrogativa do voto político. Eu preferiria ver esses sargentos, alunos e aspirantes ocupados no preparo cívico dos seus soldados, isto é, na tarefa de persuadi-los, por atos e palavras, ao devar de servir à Pátria com a disciplina e a lei, porque sem ambas a desordem é o mínimo que pode acontecer. Não vaticino. Em medicina, como em tudo mais, o diagnóstico é fácil. O prognóstico é que é difícil. Deus nos poupe às contrariedades de vermos mais tarde, dentro dos quartéis, cabos eleitorais distraídos com as pugnas dos partidos em agitação para vencerem nas urnas.

No Norte, talvez mais do que no Sul, os quartéis, como escolas de civismo, têm uma grande tarefa a desempenhar. Os meus conhecimentos de simples paisano não alcançam bem os motivos pelos quais as tropas federais só se concentram nas capitais nortistas. Não examino, porque não ousa discutir razões de natureza estratégica, as conveniências ou inconveniências da disseminação da tropa pelo sertão. Mas afirmo, porque a verdade está patente, que o sertão não conhece o quartel e que disso, sem dúvida, nenhum benefício resulta para os dois. O Deputado Xavier de Oliveira, aqui mesmo, numa sessão da Liga, pronunciou, há anos, uma excelente conferência, na qual esse ilustre parlamentar encarava o assunto. Não creio, como ele, acreditar que é necessário que o Exército se distribua pelo sertão para acabar com o cangaceirismo, retificando-se as aberrações do mandonismo e da politicagem. Creio, entretanto, que esse Exército é indispensável ali, como acentua o representante cearense, porque o Exército no Brasil, como na América e em todo o mundo culto, é um elemento de civilização. Temos as escolas dos regimentos. Que o sertanejo as conheça com as suas seções profissionais. Não é para que se crie o Exército do Sertão, mas para que se coloque o Exército no Sertão. Não é só o fator ordem, senão também o fator economia, o fator educação que aí estão intimamente associados. O cangaceirismo não é

causa de nenhum mal. Ele é provavelmente, desgraçadamente, a consequência de muitos males reunidos. Os quartéis em diversas localidades do Nordeste, onde já há um conforto relativo, levariam aos nômades nordestinos o senso da ordem. Aumentariam a massa dos consumidores, dando, por outro lado, os exemplos do respeito à lei e da obediência às autoridades constituídas. Seriam como que nos rincões e chapadões ásperos e rudes, numas tutelares da Pátria. Seriam, enfim, escolas de civismo.

A hora atual é de duras provações. Ameaça-nos o terror do comunismo ululante tanto mais traiçoeiro e sangrento quanto mais internacional ele se nos apresenta. Há uma mística que nos anda o tocaiar. Nunca, como neste momento, o brado do patriotismo careceu tanto de ecoar ao longe e ao largo, conjugando as energias dispersas da nossa gente, que não há de ser eternamente condenada aos sustos e aos terrores. O papel do Exército, nesse toque de sentido, é decisivo. Façam-no a força consciente da Nação que não teme o militarismo. Mas façam-no, como ele merece: com o povo e para o povo, no litoral, como nos campos, no Sul, como no Norte, a fim de que armados e desarmados se harmonizem e se congreguem para honra e glória de um Brasil livre, respeitado, tranqüilo, engrandecido, próspero e feliz."

Caixa de 100 Comprimidos

DOR · GRIPE · RESFRIADOS

RODINE

A boa enfermeira



A marca de confiança

